

No mês de setembro, ocorreram reuniões de duas Câmaras Temáticas do Ministério da Agricultura (MAPA), sendo elas a de Insumos Agrícolas e a de Logística do Agronegócio. Veja nesta edição da Newsletter "Notícias ACEBRA" os assuntos que foram destaque em cada uma delas.

## CÂMARA TEMÁTICA DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS



A 97ª reunião ordinária da Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA) foi realizada no dia 24 de setembro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A pauta inicial foi sobre a pressão que Organizações Não Governamentais têm feito para a criação da Moratória do Cerrado, a exemplo da que ocorreu na Amazônia e que foi muito prejudicial ao agronegócio. De acordo com o presidente da câmara, Julio Busato, a moratória é uma preocupação e deve ser combatida. Busato abordou como ainda mais preocupante a criação da reserva da Biosfera do Cerrado, que ocupará mais de 74 milhões de hectares e já foi aprovada na Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera (Cobramab). Segundo ele, o setor de insumos agropecuários é diretamente afetado, uma vez que, se o agronegócio não tiver espaço para crescer, não serão vendidos mais insumos, fertilizantes e máquinas, e o mercado ficaria estagnado.

Dando prosseguimento à reunião, David Roquetti Filho, presidente da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), falou sobre os números do mercado de insumos, e ressaltou que, devido à greve dos caminhoneiros ocorrida em maio, a produção nacional de insumos agropecuários caiu 7,2% e a importação, 4,1% em relação a 2017.

Fabio Silveira, representante da MacroSector, abordou as mudanças na contribuição do PIS/Cofins, que poderão ser causados por Projeto de Lei em elaboração pela Receita Federal. Se aprovado, acarretará aumento do valor pago pelo setor industrial. O projeto prevê a manutenção da alíquota zero para insumos agropecuários, mas existem incertezas sobre o que a Receita Federal considera como insumos. Silveira esclareceu que o aumento na cobrança do PIS/Confins causaria desestímulo de investimentos e queda de emprego e renda no setor. E ainda, que colocará freio no crescimento do agronegócio no Brasil.

Um documento será enviado à Receita Federal solicitando esclarecimentos sobre a definição de defensivos agrícolas por parte do órgão.

O diretor-executivo da ACEBRA, Roberto Queiroga, questionou sobre como a Receita Federal considera o que é ou não o crédito financeiro. Para Silveira o assunto é "temerário, porque não há clareza, é uma caixa preta", se referindo ao fato de que a Receita Federal não possui uma maneira clara de conceituar nem o que é cadeia produtiva e nem crédito financeiro.

Continuando a reunião, Elisângela Lopes, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), fez uma análise comparativa sobre a tabela de fretes anterior e a atual, e apresentou dados que revelam um aumento de até 45% nos gastos por tonelada para transportar grãos. Alguns produtos chegaram ao consumidor custando até 12,3% mais que antes da imposição da tabela de fretes. Elisângela abordou também a quase inviabilidade de se produzir milho no Brasil, considerando os novos custos com frete para escoamento da produção. Os gastos passaram de 47,9% para 72,3% nos casos em que há frete de retorno, e quando não há, podem chegar a custar até 140,3% a mais com o novo tabelamento, reajustado em 5% pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Ficou decidido por parte dos presentes que um grupo de trabalho será criado com a finalidade de produzir um documento conjunto atestando que todas as Câmaras Temáticas se posicionaram contra a tabela de fretes. O documento também irá solicitar a manifestação do MAPA junto ao Supremo Tribunal Federal acerca do posicionamento das entidades que compõem as Câmaras.

Nos minutos finais da reunião, Gabriel Culler falou sobre os desafios enfrentados pela aviação agrícola, que vem sendo proibida em alguns municípios brasileiros.

A reunião foi encerrada com a afirmação do presidente da CTIA, Julio Busato, de que os trabalhos continuarão para que comida e riqueza continuem sendo geradas. A próxima reunião da Câmara de Insumos acontecerá em 03 de dezembro de 2018.

## CONCESSÕES FERROVIÁRIAS E TABELAMENTO DE FRETES FORAM TEMAS DA CTLOG

Em 26 de setembro ocorreu na sede do MAPA a 62ª reunião ordinária da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio (CTLOG). Logo no início, o presidente da Câmara, Edeon Vaz, da Aprosoja, comentou sobre o difícil momento pelo qual passa o setor de logística, em decorrência da prorrogação das concessões ferroviárias e da nova política de preços mínimos para o transporte rodoviário de cargas.

Edeon Vaz informou sobre o andamento dos processos de concessões das ferrovias Malha Paulista, Vitória-Minas e dos Carajás. Luiz Fayet, da CNA, afirmou que existe um questionamento acerca da prioridade dos trechos citados, e que há uma divergência de critérios por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Murillo Barbosa, presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), ponderou que a falta de acordo do setor quanto à prioridade de trechos pode levar ao fracasso da Ferrovia Ferrogrão, que ainda é só um projeto por parte do governo. Barbosa considerou ainda que a dependência rodoviária fragiliza o processo logístico brasileiro.

Luiz Fayet questionou sobre cobranças – indevidas e abusivas, segundo ele – que são praticadas nos terminais portuários para a pesagem e o escaneamento de contêineres. Fayet afirmou que essas atividades são indispensáveis para que um terminal portuário seja credenciado a funcionar. Representantes do setor de portos que estavam presentes na reunião esclareceram que as cobranças não foram consideradas indevidas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Murillo Barbosa disse também que o pagamento de pesagem e inspeção de contêineres é necessário para que os terminais continuem em funcionamento. Esta posição dos representantes dos terminais portuários foi refutada pelos representantes da indústria do tabaco e do arroz.

Dando prosseguimento à reunião, o presidente Edeon Vaz apresentou dados sobre a capacidade de armazenamento do país, que é de 164,5 milhões de toneladas. Edeon Vaz fez uma projeção da produção de soja e milho para 2028, que segundo ele será em torno de 102,9 milhões de toneladas. Essa previsão torna urgente a necessidade de tomar medidas que incentivem a construção de armazéns, uma vez que o déficit de armazenagem no país já é grande e tende a crescer ainda mais se nada for feito. Roberto Queiroga, diretor-executivo da ACEBRA, ponderou que as empresas cerealistas vivem de perto a realidade da armazenagem no Brasil, e que mesmo com os incentivos oferecidos por governos anteriores aos produtores rurais, estes não se sentiram estimulados a construir armazéns. A impossibilidade de acessar os mesmos créditos oferecidos às cooperativas tornaria a construção de armazéns uma atividade antieconômica para as cerealistas, o que diminui a oferta de armazéns aos produtores rurais.

Sobre os portos, Luiz Fayet apontou que a forma como têm sido conduzidas as licitações para concessões no setor portuário é nociva ao usuário, e que "a política portuária brasileira está realmente em crise".

Continuando, Sérgio Mendes, da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), falou sobre a "famigerada tabela de fretes", e sobre a intervenção do governo em atividade regida pelo mercado. Segundo ele, o tabelamento não será duradouro, uma vez que o setor de logística do agronegócio não conseguirá absorver essa imposição. Roberto Queiroga lembrou que há um processo judicializado sobre a tabela de fretes, no momento em poder do ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux. Queiroga disse ainda que essa foi uma armadilha que o governo criou para ele mesmo e que a ANTT não possui condições operacionais de fiscalizar se o tabelamento está sendo cumprido ou não.

Foi sugerido que as Câmaras Temáticas se reúnam e solicitem ao ministro da agricultura, Blairo Maggi, que envie ao STF uma manifestação sobre o posicionamento contrário das entidades quanto à tabela de fretes.

A próxima reunião da CTLOG acontecerá em 22 de novembro.

